

“Sustentabilidade”, reformas, 13º salário e insalubridade foram temas no CO de 30/8

A partir dos relatos elaborados pelos representantes do “Chapão Sintunesp/Associações”, confira a seguir os principais itens da reunião do Conselho Universitário (CO), realizada no dia 30/8/2018.

Entre os pontos mais polêmicos na reunião, estavam a reforma administrativa, a situação financeira da Universidade, o pagamento do 13º salário deste ano e a possibilidade de encarecimento do Unesp Saúde para os servidores

Inicialmente, foram feitas algumas apresentações. Os temas “A pesquisa na Unesp: desafios e perspectivas” e “Desafios e ações estratégicas para a sustentabilidade da Unesp” foram abordados por pró-reitores da Universidade. O professor José Roberto Ruggiero, assessor da Pró-Reitoria de Planejamento Estratégico e Gestão – Propeg, apresentou boletim econômico sobre a situação orçamentária e financeira da Universidade.

Dentre as propostas ventiladas nas exposições dos pró-reitores para se alcançar a “sustentabilidade”, foi citado viabilizar novas fórmulas de acesso à Universidade além do vestibular (usando Enem, Sisu etc.). A extinção do vestibular de meio do ano (que oferece 360 vagas com quase o mesmo custo do vestibular do final do ano, que tem aproximadamente 7.365 vagas) também está sendo cogitada.

Após a apresentação na integra das propostas, a mesa diretora do CO permitiu que somente quatro conselheiros pudessem fazer perguntas, o que deixou os representantes dos servidores indignados. Eles questionaram a Reitoria pelo fato de trazer assuntos novos e impactantes, mas restringir as perguntas, o que apenas contribui para a desinformação e para que o ambiente da reunião se torne hostil.

Desequilíbrio orçamentário e financeiro

Após a apresentação do professor Ruggiero, o pró-reitor da Propeg, professor Leonardo Theodoro Büll, comentou o fato de que, a partir de 2013, a entrada de recursos financeiros diminuiu e as reservas financeiras passaram a ser utilizadas para a manutenção da Universidade. Ruggiero destacou que a insuficiência financeira (diferença entre o que é arrecadado com a contribuição previdenciária dos ativos e o que gasta com o pagamento dos inativos) vem crescendo e, atualmente, corresponde a 1/3 do repasse do ICMS à Unesp (cerca de R\$ 750 milhões).

Neste momento, conselheiros entrevistaram no debate, lembrando que a insuficiência financeira é de responsabilidade do governo do estado, conforme está explícito na Lei 1.010/2007, que criou a SPPREV. Ao contrário do Fórum das Seis, que vem cobrando publicamente e por meio de propostas na Assembleia Legislativa, que o governo assumira sua responsabilidade, os reitores das três universidades se omitem. Eles defenderam que as reitorias façam esforços concretos para pressionar o governo estadual a cumprir a lei, pois somente assim poderemos resolver este grave problema.

Membros do Chapão Sintunesp/Associações cobraram uma posição clara da Reitoria a respeito do pagamento do 13º salário aos servidores estatutários, uma vez que estamos a menos de quatro meses do final do ano. Foi destacado que, no ano passado, no âmbito do funcionalismo público paulista, a Unesp foi a única a não pagar o 13º no prazo correto, coisa que nunca havia ocorrido. O informe é que o reitor se reuniu com o governador em exercício, Márcio França, que sinalizou “sensibilidade” à situação e se dispôs

a encontrar “mecanismos para pagar o 13º na Unesp”. No entanto, nada de concreto ocorreu até agora. O reitor comentou que, mesmo para fazer um empréstimo para honrar o pagamento do 13º aos autárquicos (possibilidade que chegou a ser ventilada), a Unesp precisaria de autorização dos órgãos competentes. Os representantes dos servidores enfatizaram que a comunidade precisa de um posicionamento formal da Reitoria sobre o assunto.

Também houve cobrança sobre os 3% de reajuste pago na Unicamp e na USP em maio de 2016. A resposta foi que o pagamento na Unesp depende do crescimento da arrecadação do ICMS e que, mesmo que isso ocorra, antes de qualquer definição haverá um “estudo das prioridades da Universidade”.

Insalubridade

O professor Büll foi novamente questionado pelos representantes do Chapão sobre a revisão do Adicional de Insalubridade dos servidores estatutários, que já está concluída. Ele disse que era preciso corrigir a informação que havia dado na reunião do CADE (15/8/2018), de que houve alterações apenas para um pequeno número de servidores (cerca de 1%). Na verdade, segundo o pró-reitor, o número de servidores afetados por alterações foi maior. Ele não disse quantos seriam.

As avaliações (num total de 4.202 processos) foram feitas pelo Departamento de Perícias Médicas do Estado (DPME), de acordo com a legislação estadual, que exige que isso aconteça a cada cinco anos. O professor Büll disse que os servidores que não concordam com os resultados da avaliação devem procurar o RH de sua





unidade para informações e procedimentos a serem adotados. Em boletim específico (de 3/9/2018, que convoca assembleias nas unidades até 14/9), o Sintunesp orientou os servidores a fazerem esse procedimento (procurar o RH) e que, após isso, se ainda se sentirem prejudicados, acionarem o Sindicato imediatamente, para que tome as devidas providências em sua defesa.

Reforma Administrativa

Representantes dos servidores questionaram com insistência o fato de que a Reitoria está preparando uma reforma administrativa, mas nada diz à comunidade, principal interessada neste debate. Enfatizaram que o clima nas unidades é de temor, pois não se sabe o que vem por aí. Propostas para enxugar e cortar gastos, simplesmente, sem preocupação com os destinos da instituição? Quem está elaborando as propostas? Que foi ouvido?

Na reunião do CO, foram lidas várias moções por parte de diretores de unidades a respeito da reforma administrativa e da importância das diretorias de Biblioteca, Informática, Serviços e áreas de Contabilidade e Finanças. O reitor limitou-se a informar que a intenção é apresentar as propostas da Reitoria na reunião do CADE (19/9) e provavelmente aprová-la em reunião extraordinária do CO no mesmo mês.

Os representantes dos servidores cobraram que os estudos concluídos sejam encaminhados para conhecimento e avaliação da comunidade antes de seguir para votação nos órgãos colegiados. Esta seria uma demonstração mínima de respeito da atual administração da Universidade para com a comunidade. Houve fala de vários conselheiros sobre este tema, inclusive diretores de unidade, cobrando que toda a comunidade, em todas as unidades, seja ouvida sobre o tema.

Em boletim específico (de 3/9/2018, que convoca assembleias nas unidades até 14/9), o Sintunesp propõe que seja criada uma comissão amplamente representativa, que faça o debate publicamente, formule propostas e as devolva para a comunidade. Sem isso, qualquer mudança, além de antidemocrática, poderá estar fadada ao fracasso.

A proposta do Sindicato é que os servidores debatam essa questão e façam sugestões nas assembleias de base. E que avaliem o indicativo de paralisação durante a reunião do CADE em setembro (dia 19), e no dia do CO extraordinário.

Outras questões

Plano de saúde: Conselheiros do Chapão repudiaram a informação prestada na reunião do CADE de 15/8, sobre a perspectiva de encarecimento do plano. Naquela reunião, o professor Trajano Pires da Nóbrega Neto, superintendente do Unesp Saúde, informou sobre o fim do contrato atual com a Unimed em 30/11/2018. A partir de 1º/12/2018, será celebrado um novo contrato com aquela operadora, devidamente orientado pela Assessoria Jurídica da Universidade. Ele destacou que não haverá possibilidade de aumentar o valor de subsídio ao plano, atualmente orçado em R\$ 17 milhões, e disse que a alternativa mais viável para manutenção do plano é realizar uma alteração nas faixas de enquadramento salarial dos usuários, que passariam das atuais 13 faixas para 20. Neste caso, para os servidores enquadrados nas faixas 1 a 12 não haveria aumento no valor do plano. A atual faixa 13 seria fatiada em 8 novas faixas, com percentual de 18% entre uma e outra, sendo que para as faixas 13 (atual) e 14 (nova) haveria um pequeno decréscimo no valor do teto. Para as demais faixas criadas, o valor do teto seria de 10% do valor máximo do enquadramento. O professor Trajano esclareceu ainda que a única operadora habilitada para o convênio foi a Unimed.

Assim como na reunião do CADE, também na presente reunião do CO, conselheiros do Chapão manifestaram-se, denunciando o fato de que, mais uma vez, o ônus recairá sobre o trabalhador da Unesp, que já arcou com dois aumentos de grande monta no valor do plano desde 2016, sem que no período tivessem reajustes salariais. Esse tema é um dos pontos de pauta da rodada de assembleias que o Sintunesp está convocando até 14/9.

Funcionários remanejados para a Reitoria: Com relação aos questionamentos realizados por representantes

do Chapão em reunião anterior do CO, a respeito dos funcionários remanejados para trabalhar na Reitoria e órgãos ligados a ela, o reitor Sandro Valentini disse que foi realizado um levantamento minucioso, comparando a quantidade de funcionários afastados da gestão anterior com os da atual gestão (72 / 73). Segundo ele, o estudo mostra ter aumentado em apenas 1 funcionário em sua gestão e que isso, em sua visão, evidencia que não procede tal questionamento. O número de servidores lotados na Reitoria foi de 418 (dezembro/2016) para 316 (julho/2018). Representantes dos servidores solicitaram o levantamento de todos estes funcionários, para que seja divulgado à comunidade.

Desligamentos: Com relação aos desligamentos de servidores técnico-administrativos, o reitor disse que foi feito um levantamento nos anos de 2017 (49) e 2018 (46). Entre os docentes, foram 10 em 2017 e 14 em 2018. Segundo ele, haverá uma reposição de parte dos servidores técnico-administrativos, conforme havia comunicado, a partir de uma “análise criteriosa para atender as solicitações encaminhadas pelas Unidades”.

“Novas” formas de contratação: A pauta do CO trazia dois itens relacionados a formas de recrutamento de pessoal docente e técnico-administrativo. No caso dos técnico-administrativos, a proposta de resolução (aprovada) prevê a contratação (em situações especiais, como afastamento de servidores para outros órgãos, por exemplo) de servidores por tempo determinado, num prazo máximo de dois anos. A resolução referente às contratações docentes foi retirada de pauta, devendo voltar em reuniões futuras.

Numis: Dirigentes dos *campi* de Ourinhos, Guará e Assis agradeceram ao apoio do NUMIS (Núcleo de Movimento, Inclusão e Saúde), na pessoa de seu coordenador, o servidor Márcio Alexandre Cardoso (membro do Chapão Sintunesp/Associações no CO), pelo apoio e esforços na realização de atividades de corrida e caminhada dentro do programa Bem Viver Tod@s – Convênio Unesp/Santander.